

A Mente Material

Donald Davidson

Quero discutir algumas questões metodológicas gerais acerca da natureza da psicologia como ciência pressupondo que sabemos muito mais do que efectivamente sabemos acerca do cérebro e do sistema nervoso humano. Suponha-se que compreendemos perfeitamente o que se passa no cérebro, no sentido de que podemos descrever cada detalhe em termos puramente físicos — que mesmo os processos eléctricos e químicos e seguramente os neurológicos foram reduzidos à física. E suponhamos além disso que, devido ao modo como o sistema foi construído, vemos que as indeterminações da física quântica são irrelevantes para a nossa capacidade de prever e explicar os acontecimentos que estão ligados a *input* da sensação e a *output* na forma de movimento corporal.

Enquanto sonhamos, sonhemos também que se chegou a compreender o cérebro e o sistema nervoso a ele associado como funcionando de modo muito semelhante a um computador. Chegamos efectivamente a avaliar tão bem o que se passa que podemos construir uma máquina que, quando exposta às luzes e sons do mundo, imita os movimentos de um homem. Nada disto é absurdo, por muito improvável que seja e por muito que as descobertas empíricas o desacreditem.

Por fim, em parte por divertimento e em parte para afastar questões que não têm a ver com o tema, imaginemos que *l'homme machine* foi efectivamente construído com a forma de um homem e a partir da mesma matéria que compõe um homem, tudo sintetizado com alguns euros em água e outros materiais de fácil obtenção. Os indícios de que o construímos como deve ser são duplos. Em primeiro lugar, tudo o que podemos aprender acerca da estrutura física e funcionamento dos cérebros e corpos humanos reais foi replicado. Em segundo lugar, o Artur (como passo a chamá-lo) tem agido, de todas as formas observáveis, como um homem: o Artur tem ou parece ter tido expressões faciais apropriadas, respondeu a questões (ao que parece) e encetou movimentos de tipo humano quando exposto a mudanças ambientais. Todas as correlações que se descobriu entre o que sabemos acerca dos processos mentais — na medida em que este conhecimento se reflecte de modos fisicamente descritíveis — e o que se passa no sistema nervoso humano, são fielmente preservadas no Artur. Quem não soubesse que o Artur é artificial, não o descobriria observando-o, ouvindo-o, picando-o, ou conversando com ele. É verdade que os seus criadores podiam dizer ao observador exactamente o que se passava dentro do Artur em termos de física e podiam explicar em termos físicos por que o Artur se movia como movia quando sujeito a diversos estímulos. Mas isto não devia informar o observador do facto de que o Artur veio do laboratório do

cientista louco, uma vez que teoricamente é possível uma explicação similar para homens produzidos com métodos mais antiquados.

(A pressuposição de que a biologia e a neurofisiologia são redutíveis à física não é essencial para o argumento e é provavelmente falsa. Nem é o caso que algo dependa realmente do pressuposto de que a indeterminação é irrelevante. Ambas as pressuposições podiam ser eliminadas, mas à custa de tornar o argumento mais complicado.)

E agora a questão é: o que nos diria acerca da psicologia todo este conhecimento da física (e *a fortiori* da neurofisiologia)? Muito menos do que se poderia esperar, argumentarei, pelo menos enquanto defendermos uma certa perspectiva acerca daquilo de que trata a psicologia.

No âmbito deste ensaio, vou tratar a psicologia como um assunto que trata de fenómenos descritos por conceitos que envolvem intenção, crença, e atitudes volitivas como o desejo. Incluiria entre estes conceitos a acção, decisão, memória, percepção, aprendizagem, carências, atenção, observação, e muitos outros. Fez-se tentativas, obviamente, para mostrar que a psicologia pode passar sem alguns ou todos estes conceitos, por exemplo, tentando definir conceitos como crença ou desejo em termos de conceitos mais comportamentais, ou de outra forma, mais como os conceitos usados nas ciências físicas. A eliminação directa através da definição de termos psicológicos já não parece muito plausível e com efeito se a linha de raciocínio que darei está correcta, a redução definicional é impossível. Mas claro que se pode imaginar outras formas de redução. Este facto assinala um limite da discussão: na medida em que a psicologia não faz um uso essencial dos conceitos que descrevi, as considerações que se seguem não se lhe aplicam.

Em todo o caso, seria tolo defender que a existência do Artur não faria diferença para a psicologia. Ele (ou isso) mostraria, por exemplo, que o determinismo (na medida em que a física é determinista) é compatível com toda a aparência de acção intencional: à parte a questão da proveniência, teríamos tantas razões para considerar o Artur um agente voluntário como para qualquer outra pessoa. O Artur seria tão livre como qualquer um de nós, pelo menos tanto quanto poderíamos saber. E o Artur provaria que por muito diferentes que sejam os modos de explicação da ciência física e da psicologia, não há conflito entre eles.

Para lá destas questões metodológicas muito gerais, a existência do Artur teria sem dúvida influência na direcção e no foco da investigação nas ciências sociais, na concepção de experiências, e nas hipóteses consideradas dignas de teste. Parto do princípio que o conhecimento detalhado da neurofisiologia do cérebro fará diferença — a longo prazo, uma diferença enorme — no estudo de assuntos como a percepção, memória, sonhos e talvez da inferência. Mas uma coisa é os desenvolvimentos num campo influenciarem mudanças noutro campo relacionado, outra coisa é o conhecimento obtido numa área

John Smith 08/5/2 12:45

Comment: Parece-me que "carências" é o termo mais adequado, pelo dicionário e por isto: mais há frente ele usa "desejo" separado de "wanting" e "apetência" parece sinónima de desejo. Posso ter desejo sem ter carência. O exemplo da vizinha do lado, etc.

constituir conhecimento noutra. Num sentido amplo da relevância, não duvido, obviamente, da relevância da biologia e das neurociências para a psicologia. O que me interessa é que parece haver limites ao que se pode aprender directamente com as outras ciências (ou com o Artur, como estou a supor) acerca da psicologia, e são estes limites que quero explorar.

É altura de ser um pouco mais claro acerca do que fez e do que não fez parte da produção do Artur. O Artur é fisicamente indistinguível, interior e exteriormente, de um homem, e tem reagido a mudanças no seu ambiente movendo-se de formas que são indistinguíveis do comportamento humano. Com o seu movimento estão conectadas partes identificáveis do interior do Artur, de acordo com tudo o que sabemos acerca da estrutura do cérebro e do sistema nervoso. Tudo isto fica aquém, contudo, de presumir que fomos bem-sucedidos em identificar coisas como crenças, desejos, intenções, esperanças, inferências, ou decisões, com estados particulares do cérebro ou com mecanismos no seu interior. É claro que pode haver razão para associar *partes* do cérebro a diversos processos cognitivos; mas partes não são mecanismos. E nada há na nossa descrição do Artur que exija que sejamos capazes de identificar mecanismos físicos específicos com estados e acontecimentos cognitivos particulares. Uma vez que tais estados e acontecimentos como pensar, acreditar, perceber, intentar, são conceptualmente centrais a todos os conceitos psicológicos (como arbitrariamente os designei), parece que até agora temos justificação para afirmar que o Artur não nos pode ensinar muito, pelo menos directamente, acerca da psicologia.

Mas como pode isto ser? Numa ocasião particular, um alfinete penetra a pele ou a superfície do Artur; ele salta, adopta a expressão de dor e surpresa, emite sons como «Ai!» Ou assim nos sentimos tentados a descrever as coisas. Presumo que podemos descrever a penetração da pele e todos os movimentos do Artur em termos puramente físicos — termos que podem ser incorporados em leis físicas. Conhecendo a estrutura relevante do Artur, sabemos *exactamente* como a penetração da pele causou a reacção (fisicamente descrita). Podemos também descrever causa e efeito de formas mais mundanas — acabo de o fazer. Considere-se agora um par de descrições: a descrição física oficial da causa (ou estímulo) e a descrição psicológica do efeito (movimento corporal, exclamação, expressões faciais de surpresa e dor). Estas são, como concordámos, descrições de causa e efeito e assim os acontecimentos têm de ser subsumidos em leis. Se algo como isto se aplica a todos os acontecimentos psicológicos — e até agora não pressupusemos nada menos — não estaremos então comprometidos com a perspectiva de que todos os acontecimentos psicológicos são estritamente previsíveis e que no caso do Artur sabemos como prevê-los? Além disso, uma vez que conhecemos quer as descrições físicas quer as descrições psicológicas dos mesmos acontecimentos, por que não podemos correlacionar sistematicamente as descrições físicas com as descrições psicológicas? Como podemos então negar que ao construir o Artur reduzimos a psicologia à física e portanto resolvemos todos os problemas que são específicos da psicologia?

Concordaria em que estamos comprometidos com uma importante tese filosófica e, com efeito, metafísica. Se os acontecimentos psicológicos causam e são causados por acontecimentos físicos (e

seguramente que isto é o caso) e se as relações causais entre acontecimentos implicam a existência de leis que ligam esses acontecimentos e estas leis são físicas, como presumimos ao conceber o Artur, então tem de se seguir que os acontecimentos psicológicos simplesmente *são* (no sentido de *são idênticos com*) acontecimentos físicos. Se isto é materialismo, é com isto que estamos comprometidos ao presumir a existência do Artur.¹

¹ Ver o Ensaio 11

Contudo, os nossos compromissos são menos do que poderia parecer pois, se tenho razão, não estamos comprometidos com a perspectiva de que os acontecimentos psicológicos são previsíveis do modo como os acontecimentos físicos o são; nem com a de que os acontecimentos psicológicos podem ser reduzidos a acontecimentos físicos; nem com a de que ao construir o Artur mostrámos que podemos explicar os acontecimentos psicológicos do mesmo modo que podemos explicar os físicos. Pois não presumi, nem aquilo que presumi implica, que podemos efectivamente correlacionar importantes classes abertas de acontecimentos descritos em termos físicos com classes de acontecimentos descritos em termos psicológicos.

O que supus é que, para qualquer acontecimento psicológico particular, datado, podemos descrevê-lo em termos puramente físicos; de modo que para qualquer classe *finita* de acontecimentos *dada* podemos estabelecer uma correlação entre descrições psicológicas e físicas. Mas embora isto se possa fazer, não se segue que predicados psicológicos como «*x* cobiça a esposa do próximo» ou «*x* quer um kaffee mit schlag» ou «*x* crê que Beethoven morreu em Viena» ou «*x* assinou um cheque de vinte euros» determinam, se não classes infinitas, pelo menos classes potencialmente infinitas — não significa que a tais predicados correspondam nomologicamente quaisquer predicados físicos. Claro que se uma certa classe de acontecimentos psicológicos é finita e cada acontecimento psicológico tem, como estamos a pressupor, uma descrição física, então segue-se trivialmente que há um predicado físico que determina a mesma classe que cada predicado psicológico. Mas este facto não tem em si qualquer interesse para a ciência. A ciência interessa-se por conexões nomológicas, conexões que são sustentadas por instanciações quer as instanciações esgotem os casos quer não.

Deveria ser fácil ter completamente em conta o facto de que embora todos os acontecimentos e estados psicológicos tenham uma descrição física isto não nos dá qualquer razão para esperar que qualquer predicado físico, por muito complexo, tenha a mesma extensão que um dado predicado psicológico — muito menos que haja um predicado físico que tenha uma relação legiforme com o dado predicado psicológico. Para pegar num exemplo de um campo diferente que usei antes: considere-se uma linguagem razoavelmente rica *L* que tem os recursos para descrever qualquer frase de *L*. Suponha-se em particular

Miguel

Comment: acontecimentos dada

que L pode discriminar com uma única descrição cada uma das frases verdadeiras de L . Mas L não pode conter um predicado, por muito complexo, que se aplique às frases verdadeiras de L e só a essas — pelo menos se for consistente. Este facto surpreenderia qualquer pessoa que não estivesse familiarizada com os paradoxos semânticos. «Seguramente», diria, «uma vez que posso discriminar cada frase verdadeira posso especificar a classe.» E começa a percorrer as frases verdadeiras, reparando que propriedades têm em comum que nenhuma das frases falsas tem. Mas estaria enganado; sabemos de antemão que não pode ser bem-sucedido. Penso que isto é *grosso modo* o que se passa com a relação entre os predicados psicológicos e os predicados físicos: sabemos de antemão que todos os recursos da física não serão suficientes para discriminar classes importantes (abertas ou infinitas) de acontecimentos que são definidas por predicados psicológicos.

Vemos então que o completo conhecimento da estrutura física humana, ainda que isto cubra, no seu modo de descrição, tudo o que acontece, não produz necessariamente conhecimento da psicologia (uma ideia defendida há muito pelo Sócrates de Platão). Ainda assim, por que não seria o caso que há correlações indutivamente estabelecidas entre os acontecimentos físicos e psicológicos? Com efeito, não sabemos já que as há? Sabemos, se por leis entendemos generalizações estatísticas. A criança que se queimou evita a chama (e a psicologia pode conter exemplos mais sofisticados). Mas estas generalizações, ao contrário das da física, não podem ser afinadas ilimitadamente, não podem ser convertidas nas leis estritas de uma ciência fechada na sua área de aplicação. Ao dar as minhas razões para esta conclusão, permita-se-me que regresse novamente por um momento à questão de o que nos leva a pensar que o Artur foi adequadamente construído de um ponto de vista psicológico. Penso que a resposta tem de ser que o Artur tem toda a aparência de pensar, agir, sentir, como um homem. E não são apenas as aparências superficiais. Se o cortarem ele sangra, se lhe apontarem luzes para os olhos, pestaneja, se lhe dissecarem os olhos, descobrirão hastes e cones. É importante, ao decidir que ele tem características psicológicas, que é feito como um homem. Se encontrássemos um receptor de rádio no seu interior e descobríssemos que outra pessoa enviava sinais para fazer que o Artur se movesse, não nos sentiríamos mais tentados a atribuir características psicológicas ao Artur. Qualquer diferença importante sob a pele podia fazer-nos hesitar. Não obstante, o nosso entendimento detalhado do funcionamento físico não pode, em si próprio, forçar-nos a concluir que o Artur está zangado ou que acredita que Beethoven morreu em Viena. De modo a decidir isto, teríamos primeiro de observar os movimentos macroscópicos do Artur e decidir como interpretá-los, exactamente como decidimos com os humanos.

Seria fácil enganarmo-nos no nosso raciocínio aqui, em parte porque pressupus que *construímos* deliberadamente o Artur para fazer aquilo que faz. E provavelmente ao construir o Artur usámos circuitos do tipo que usaríamos se quiséssemos construir uma máquina que pudesse processar informação, e por aí em diante. Mas claro que não podemos concluir precipitadamente que quando esses circuitos entram em jogo, o Artur está a processar informação.

Muito do que está em jogo é se aquilo que seria informação para nós, caso o Artur fosse apenas uma extensão das nossas próprias faculdades (como o computador é), seria informação para ele. Pressupor isto é pressupor que o Artur vê as coisas como nós as vemos e que através dos sons que emite pretende dizer aquilo que nós pretenderíamos dizer através dos mesmos. Mas só podemos decidir isto vendo como tais pressuposições encaixam no quadro total do comportamento do Artur. A ideia é simples. Se queremos determinar se o Artur tem propriedades psicológicas, temos de parar de pensar nele como uma máquina que construímos e começar a ajuizá-lo como faríamos a um homem. Só desta forma podemos estudar a questão de possíveis correlações entre propriedades físicas e psicológicas.

Será melhor admitir nesta fase que o facto de o Artur ser artificial não desempenha qualquer papel essencial no argumento. A razão é que não pressupus que ele foi construído com base no conhecimento de *leis* que correlacionem os fenómenos psicológicos e os físicos: tudo o que se sabia era o correlato físico de cada movimento ou acto *particulares*. É verdade que podemos prever os movimentos físicos do Artur. Mas se queremos saber se um destes em particular será interpretável como uma acção ou como uma resposta, só o podemos saber considerando detalhadamente todos os aspectos físicos (incluindo, é claro, o modo como será o ambiente) e ajuizando então o caso como faríamos com um movimento humano. Não temos qualquer razão clara para afirmar que o Artur continuará a parecer humano. De modo que o Artur nada prova que não possa ser também defendido supondo que temos o mesmo tipo de conhecimento exaustivo da estrutura física de um homem como fingimos ter do Artur. O Artur serviu o propósito heurístico de remover quaisquer propriedades misteriosas desconhecidas. Mas na verdade tudo o que removemos foi as propriedades *físicas* desconhecidas e podemos tão facilmente supor a remoção destas num homem como no Artur. A suposição não resolve mais a questão de saber se o homem tem alma (isto é, propriedades psicológicas irreduzíveis) do que resolve a questão de saber se *demos* uma alma ao Artur.

Regresso novamente à questão de por que não deveríamos esperar descobrir correlações legiformes nítidas (ou leis causais) que façam a ligação entre os acontecimentos e estados psicológicos e físicos — por que, noutras palavras, o completo entendimento do funcionamento do corpo e do cérebro não constituiria o conhecimento do pensamento e da acção. Antes de dar o que penso ser a razão correcta, permita-se-me mencionar brevemente algumas más razões que vulgarmente se tem dado.

Afirma-se com frequência, em especial na bibliografia filosófica recente, que não pode haver um predicado com a extensão de um verbo de acção (por exemplo) porque há muitos modos diferentes de executar uma acção. Assim, um homem pode cumprimentar uma mulher fazendo uma vénia, dizendo uma de diversas coisas, piscando o olho ou assobiando; e cada uma destas coisas pode por sua vez ser feita de infindáveis maneiras. A ideia é fátua. Os particulares que se subsumem num predicado diferem sempre de diversas maneiras, desde que haja pelo menos dois particulares. Se o argumento fosse bom, podíamos mostrar que adquirir uma carga positiva não é um acontecimento físico, visto que há infindáveis maneiras de isto poder acontecer.

Há um argumento simétrico que é igualmente comum e igualmente mau: afirma-se que o mesmo acontecimento físico pode contar como acções bastante diferentes. Assim, por exemplo, exactamente o mesmo movimento e o mesmo som que emana de um agente podem numa ocasião ser um cumprimento e noutra ocasião ser um insulto. Mas claro que se as ocasiões diferem, os acontecimentos têm de diferir em algumas características físicas. A diferença pode estar no interior do agente. Pode, por exemplo, ser uma diferença de intenção: presumimos que esta diferença tem o seu aspecto físico, uma vez que se reflecte na propensão do agente para se mover. Dada uma descrição completa do cérebro, temos de esperar que esta diferença corresponda a alguma diferença na fisiologia — em última instância na física, como temos vindo a constatar.

Podemos porém imaginar casos em que a intenção é a mesma, e as crenças e os desejos também, e portanto também tudo o que é físico no agente; e no entanto realiza-se acções diferentes. Assim, um homem podia querer manter uma promessa indo à ópera. No entanto, numa ocasião o seu ir à ópera com esta intenção pode constituir o manter de uma promessa e noutra ocasião não (pode ter-se esquecido do dia). Mas, mais uma vez, a situação física não é idêntica em todos os aspectos físicos. Temos simplesmente de definir o acontecimento ou situação física mais amplamente — como manter uma promessa depende de certos acontecimentos anteriores terem ocorrido, também a ocorrência de um acontecimento físico de um certo tipo pode depender de um amplo cenário físico no qual ocorra. Se quisermos, podemos definir um supereclipse lunar como um eclipse que foi precedido, no espaço de duas semanas, por um eclipse solar. Um supereclipse pode não ser de muito interesse para a ciência, mas é seguramente um conceito físico respeitável.

Mais uma vez, afirma-se que o relativismo cultural afecta a classificação das acções, mas não dos acontecimentos físicos. De modo que o mesmo gesto pode indicar assentimento na Áustria e dissensão na Grécia. Aqui precisamos apenas de ampliar o quadro da referência física. Talvez se venha a sugerir que o mesmo gesto *particular* de um homem pode ser considerado um acto de assentimento por um austríaco e um acto de dissensão por um grego deslocado. Neste caso, contudo, as duas descrições não se podem contradizer entre si. Do mesmo modo que um objecto pode acelerar em relação a um quadro de referência e não em relação a outro, pelo que um gesto pode contar como assentimento *para um austríaco* e como dissensão *para um grego*. Só aceitando uma perspectiva indevidamente restrita dos predicados que se pode formar usando conceitos físicos nos podemos sentir atraídos por qualquer um destes argumentos.

Nestas considerações, emergem dois temas importantes. Um é a necessidade de distinguir entre acontecimentos individuais, datados, e tipos de acontecimentos. Podemos afirmar sem erro que «o mesmo gesto» tem um significado na Áustria e outro na Grécia: é claro que o que temos em mente são gestos do *mesmo tipo relevante*.²

² Ver os ensaios 9 e 10.

O outro tema diz respeito à relação entre as descrições e caracterizações psicológicas de acontecimentos, e as descrições físicas (ou biológicas ou fisiológicas). Embora, como insisto, as características psicológicas não possam ser reduzidas às outras, não obstante, podem ser (e penso que são) fortemente dependentes delas. Com efeito, há um sentido em que as características físicas de um acontecimento (ou objecto ou estado) *determinam* as características psicológicas; na perspectiva de G. E. Moore, os conceitos psicológicos são *supervenientes* nos conceitos físicos. O modo de Moore explicar esta relação (que ele defendia aplicar-se entre as características valorativas e descritivas) é este: é impossível que dois acontecimentos (objectos, estados) concordem em todas as suas características físicas (ou no caso de Moore, nas suas características descritivas) e difiram nas suas características psicológicas (valorativas).

Os dois temas, o da distinção entre acontecimentos individuais e tipos e o da superveniência do psicológico no físico, estão relacionados. Pois o que é preciso sublinhar é que são as descrições de acontecimentos psicológicos individuais, não os tipos de acontecimentos, que são supervenientes nas descrições físicas. Se um certo conceito psicológico se aplica a um acontecimento e não a outro, tem de haver uma diferença descritível em termos físicos. Mas não se segue que há uma única diferença fisicamente descritível que distingue quaisquer dois acontecimentos diferentes num dado aspecto psicológico.

Há outra classe de argumentos que não posso tratar seja como for: estes são argumentos baseados na afirmação de que os conceitos psicológicos são essencialmente valorativos, enquanto os conceitos físicos não são. Se isto significa que quando chamamos «acção» a um acontecimento não estamos, ou não apenas, a descrevê-lo, mas também a ajuizá-lo como bom ou mau, culpável ou razoável, então penso que isto está errado. Sempre que afirmamos algo, podemos estar a exprimir algum tipo de valor; mas isto não significa que o que afirmamos não pode também ser verdadeiro ou falso. Em todo o caso, para compreender a questão de por que não há leis estritas a ligar os fenómenos físicos e psicológicos, temos de presumir que os juízos respeitantes a estes fenómenos são verdadeiros ou falsos do mesmo modo.

De um modo bastante diferente, pode pensar-se que as considerações valorativas entram nos nossos juízos acerca das acções que as pessoas realizam. Pode afirmar-se que há certos elementos reguladores ou constitutivos na aplicação de conceitos psicológicos. Isto está certamente correcto; mas o mesmo se pode dizer da aplicação de conceitos físicos. Não obstante, aqui estamos muito mais perto da verdade.

Considere-se um acontecimento histórico particular, por exemplo, a admissão por parte de David Hume, num apêndice do seu *Treatise*, de que não consegue ver como reconciliar duas das suas teses. Admitir algo é necessariamente um acto intencional e implica que aquilo que se admite seja o caso — no nosso exemplo, a admissão por parte de Hume implica que ele não seja capaz de ver como reconciliar as duas teses. Uma vez que a admissão foi intencional, sabemos também que Hume tem de ter acreditado que não via como reconciliar as duas teses e tem de ter querido (provavelmente por uma razão ulterior) revelar este facto. Não só Hume teve este desejo e esta crença como elas de algum modo concorreram para Hume o ter admitido — Hume admitiu porque tinha o desejo e a crença. Se interpretamos este «porque» como implicando (entre outras coisas) uma relação causal — e acredito que temos de o fazer — então ao descrever uma acção como tendo sido realizada com uma certa intenção, descrevemo-la como uma acção com uma certa história causal. Pelo que ao identificar a acção com um acontecimento físico, temos ao mesmo tempo de ter certeza que a história causal do acontecimento físico inclui acontecimentos ou estados idênticos com os desejos e estados cognitivos que fornecem uma explicação psicológica da acção.

Contudo, isto é apenas o começo das complicações, pois na sua maioria os estados emocionais, carências, percepções, e por aí em diante, têm conexões causais com estados e acontecimentos psicológicos ulteriores, ou pelo menos requerem a existência destes outros estados. E assim, ao afirmar que um agente realizou uma única acção intencional, atribuímos-lhe um sistema muito complexo de estados e acontecimentos; tudo isto tem de ser captado dando os estados e acontecimentos físicos correspondentes. Não estou, obviamente, a argumentar que não há uma descrição física correspondente — estou certo de que há. Não estou sequer a argumentar que não podíamos apresentar a descrição correspondente em casos particulares. Estou a tentar mostrar apenas por que não podemos estabelecer correlações gerais, precisas, legiformes, entre descrições físicas e descrições psicológicas. A complexidade das atribuições psicológicas em si não prova isto. Mas acabará por se verificar que a qualidade desta complexidade é pertinente.

Nesta fase será útil voltarmos-nos para um fenómeno psicológico que está um nível de abstracção acima — a capacidade para falar e compreender uma linguagem. Não podemos esperar, em todas as circunstâncias, conseguir lidar com o âmbito e subtilidade totais das características psicológicas sem ter em conta a linguagem, pois as distinções mais refinadas entre desejos e crenças, pensamentos e receios, intenções e inferências, dependem do pressuposto de uma estrutura cognitiva tão complexa como a da linguagem e não podem ser compreendidas isoladamente desta.

No final, queremos ser capazes de explicar os actos de fala, que são intencionais e têm as características de outras acções recentemente abordadas. Parte da explicação de tais actos é a sua interpretação, no sentido de sermos capazes de dizer o que as palavras do interlocutor exprimiram numa ocasião do seu uso — o que exprimiram na linguagem do interlocutor, obviamente. Só temos uma

compreensão plena do que um homem afirmou ao pronunciar certos sons se conhecemos a sua linguagem, isto é, se estamos preparados para interpretar uma grande quantidade de coisas que ele possa dizer. Pois não compreendemos uma frase particular proferida por um homem a menos que conheçamos o papel que as palavras nela contidas desempenham noutras frases que ele possa proferir. Para interpretar um único acto de fala, portanto, temos de compreender as disposições não realizadas do interlocutor para executar outros actos de fala. Com efeito, podemos pensar em ter ou conhecer uma linguagem como uma única disposição, altamente estruturada e muito complexa, do interlocutor. Descrevemos a disposição ao especificar o que o interlocutor pretenderia dizer ao proferir uma grande quantidade de frases sob condições específicas.

Descrita psicologicamente, a capacidade linguística de um interlocutor é uma disposição complexa. Descrita fisicamente, não é uma disposição, mas um estado efectivo, um mecanismo. De modo que aqui, se em algum lado, pareceria que o conhecimento detalhado do mecanismo físico seria um auxílio para a psicologia. Sem dúvida que em cada homem há algum estado físico, largamente centrado no cérebro, que constitui a sua capacidade linguística. Mas como podemos identificar este estado? (Não estou a falar apenas na sua localização, mas em descrever detalhadamente o mecanismo relevante.) Como sabemos que um certo estado físico do cérebro, um certo mecanismo, é o mecanismo que explica o comportamento linguístico do interlocutor, o facto de dizer e querer dizer o que diz quando fala? Presumo, como antes, que se o agente fala, podemos em cada ocasião identificar o acontecimento físico particular a que corresponde. Assim, não há problema quanto a testar a afirmação de que um mecanismo físico particular (por exemplo, o Artur) é um mecanismo que fala uma língua: podemos testá-la do mesmo modo que testamos a capacidade linguística de um homem, reparando como se comporta em circunstâncias diversas. Isto não nos dará, contudo, o que queremos, e que é uma correlação legítima entre o funcionamento do mecanismo e o comportamento linguístico. Queremos saber o que é a propriedade física da máquina — de qualquer máquina — que o faria falar como um homem.

Por que não podemos simplesmente dizer: a propriedade física é apenas aquela que produz os resultados observados? Isto é inadequado, porque os resultados exigidos ultrapassam os observados: queremos a propriedade física que produziria o comportamento linguístico. Aqui temos uma descrição da propriedade física, mas é uma descrição que usa conceitos psicológicos. É como afirmar que um homem é uma máquina que fala. É verdade; mas o que nos diz a palavra «máquina»?

Interpretamos um único acto de fala contra o pano de fundo de uma teoria da linguagem do interlocutor. Tal teoria diz-nos (no mínimo) quais as condições de verdade para cada uma de um número infinito de frases que o homem pode proferir, sendo estas condições relativas ao tempo e circunstâncias da elocução. Ao construir tal teoria, quer conscientemente, como um antropólogo ou um linguista, quer inconscientemente, como uma criança que aprende a sua língua materna, nunca nos encontramos em posição de aprender directamente os significados das palavras um a um e depois aprender

independentemente as regras para as encaixar em totalidades com sentido. Começamos ao invés pelas totalidades e inferimos (ou inventamos) uma estrutura subjacente. O significado é o aspecto operativo desta estrutura. Uma vez que a estrutura é inferida, do ponto de vista de tudo o que é necessário e conhecido para a comunicação, temos de ver o próprio significado como uma construção teórica. Como qualquer construção, é arbitrário, excepto pelas restrições formais e empíricas que lhe impomos. No caso do significado, as restrições não podem fixar univocamente a teoria da interpretação. A razão, como Quine argumentou convincentemente, é que as frases que um interlocutor tem por verdadeiras são determinadas, de modos que só podemos desvendar parcialmente, através do que o interlocutor pretende dizer com as suas palavras e através das crenças que tem acerca do mundo. Um melhor modo de formular isto seria dizer: a crença e o significado não podem ser reconstruídos exclusivamente pelo comportamento linguístico. Não se devia ajuizar a indeterminação residual como uma incapacidade de interpretação mas ao invés como uma consequência lógica da natureza das teorias do significado (do mesmo modo que não é sinal de qualquer incapacidade nossa em medir a temperatura o facto de ser arbitrária a escolha de uma origem e uma unidade).

A indeterminação da interpretação tem subjacente um lugar-comum acerca da interpretação. Suponha-se que alguém afirma: «Aquilo é uma estrela cadente». Devo depreender que ele quer dizer que se trata realmente de uma estrela, mas que acredita que algumas estrelas são muito pequenas e frias; ou devo pensar que ele quer dizer que não se trata de uma estrela mas de um meteorito e que acredita que as estrelas são sempre muito grandes e quentes? Este caso podia ser resolvido com indícios suplementares, mas haverá sempre casos em que todos os indícios possíveis deixam em aberto uma opção entre atribuir a um interlocutor um significado corrente e um padrão idiossincrático de crenças, ou um significado desviante e uma opinião sóbria. Se um interlocutor profere as palavras «Ali está uma baleia», como sei o que ele quer dizer? E se houvesse um objecto que à distância parecia uma baleia, mas que eu sabia não ser um mamífero? Não parece haver qualquer conjunto rigidamente estabelecido de critérios que determinem que algo é uma baleia. Felizmente para a possibilidade de comunicação, não é preciso forçar uma decisão. Ter uma linguagem e conhecer uma grande quantidade de coisas acerca do mundo são proezas apenas parcialmente separáveis, mas a interpretação pode prosseguir porque podemos aceitar qualquer número de teorias acerca do que um homem pretende dizer, desde que façamos ajustes compensatórios nas crenças que lhe atribuímos. O que é claro, contudo, é que tal construção de teorias tem de ser holista: não podemos decidir como interpretar o «Ali está uma baleia» de um interlocutor independentemente de como ele interpreta o seu «Ali está um mamífero», e outras palavras ligadas a estas, indefinidamente. Temos de interpretar todo o padrão.

Aqui seria de esperar que o conhecimento do correlato físico do mecanismo da fala servisse de alguma coisa. Afinal, as palavras são usadas como são por causa do modo como este mecanismo funciona. Podemos localizar *os correlatos físicos do significado*? Não podemos descobrir inambiguamente, no nível

físico, aquilo que temos de meramente inferir, ou tratar como uma construção, desde que nos atenhamos à observação do comportamento linguístico?

Bem, como podia isto funcionar? Podíamos descobrir exactamente que padrões de imagens, sons, odores, agora descritos em termos de *input* físicos, seriam suficientes para dispor a nossa engenhosa máquina a proferir "Aquilo é uma baleia", quando lhe perguntamos "O que é aquilo?" (E assim para inúmeros casos adicionais). Saberíamos então o que o Artur pretende dizer? Penso que a resposta é que não saberíamos nem mais nem menos acerca do significado do que agora sabemos acerca dos interlocutores humanos. Pois o que diria o Artur se «aprendesse» que um objecto com a aparência de um cetáceo não é um mamífero? Como podemos decidir sem saber o que ele entende por «mamífero»? Suponhamos que a baleia aparecia muito pequena ou de cabeça para baixo, mas que o Artur «acreditava» estar a ver pela extremidade errada de um telescópio ou com óculos que invertem a imagem? Algumas questões como estas far-nos-iam perceber que não podemos simplesmente associar alguma parte fixa do cérebro do Artur, ou um aspecto dela, ao critério para a aplicação de uma palavra.

Será que não podíamos identificar o significado de uma frase com a intenção com a qual é proferida e procurar o correlato físico da intenção, evitando assim o problema das ramificações infundáveis que parecem afligir as teorias do significado ou da interpretação? A dificuldade é que as intenções específicas são tão difíceis de interpretar como as elocuições. Com efeito, o melhor caminho que temos para a identificação das intenções e das crenças é através de uma teoria do comportamento linguístico. Não faz qualquer sentido supor que podemos primeiro intuir todas as intenções e crenças de uma pessoa e depois chegar ao que ela pretende dizer com o que diz. Ao invés, definimos a nossa teoria de cada uma à luz da outra.

Se estou certo, então, o conhecimento detalhado da estrutura física ou da fisiologia do cérebro — com efeito, da integralidade do homem — não forneceria um atalho para o tipo de interpretação que a aplicação de conceitos psicológicos sofisticados exige. Não seria mais fácil interpretar o que *l'homme machine* pretende dizer com o que «diz» do que interpretar as palavras de um homem, nem o problema seria essencialmente diferente. (Haveria um importante atalho: ao passo que com um homem temos de reunir os nossos indícios criando situações experimentais, já com a máquina podíamos desmontá-la. Mas após a desmontagem, poderíamos apenas dizer, em termos psicológicos, o que a máquina faria em circunstâncias perfeitamente especificadas; nenhuma lei geral acerca do seu comportamento estaria disponível.) Com a máquina, então, como com o homem, teríamos de interpretar o padrão total do seu comportamento observado (ou previsto). Os nossos critérios para aceitar um sistema de interpretação também teriam de ser os mesmos: teríamos de permitir o erro inteligível; teríamos de imputar um considerável grau de consistência, sob pena de não compreender o que foi dito ou feito; teríamos de pressupor um padrão de crenças e motivos que concordasse com o nosso a um grau suficiente para construir uma base para se compreender e interpretar os desacordos. Estas condições, que incluem

critérios de consistência e racionalidade, podem sem dúvida ser refinadas e tornadas mais objectivas. Mas não vejo razão para pensar que podem ser enunciadas num vocabulário puramente físico.

O que foi descoberto acerca da natureza do cérebro e sobretudo aquilo que podemos esperar que as pessoas que trabalham neste campo venham a descobrir lança uma torrente de luz sobre a percepção humana, a aprendizagem, o comportamento. Mas no que diz respeito às funções cognitivas mais elevadas, a iluminação tem, se estou certo, de ser indirecta. Não há qualquer sentido importante em que a psicologia possa ser reduzida às ciências físicas.